GT 054. Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira

Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa) - Coordenador/a, Luciana de Oliveira Chianca (UFPB) - Coordenador/a, Ulisses Neves Rafael (Universidade Federal de Sergipe) - Debatedor/a, Lady Selma Ferreira Albernaz (ufpe) - Debatedor/a

A pesquisa de inspira??o participante marcou a busca de uma constru??o reflexiva e dial?gica no campo antropol?gico, notadamente a partir dos anos 1970, no Brasil. O fazer antrop?logo expandiu-se ent?o consideravelmente, na percep??o de que saberes acad?micos, cient?ficos ou human?sticos pressup?em uma fus?o de horizontes com os saberes populares e locais, sejam eles tradicionais ou n?o. Tal pressuposto transformou o cotidiano de muitos professores e pesquisadores, sendo que nas universidades brasileiras ele foi traduzido pela incorpora??o oficial da extens?o no bin?mio ensino/pesquisa, relacionando conceitual e inexoravelmente a universidade p?blica com a sociedade e suas demandas. Este GT prop?e o debate de aspectos conceituais, metodol?gicos, pol?ticos, relacionais e pedag?gicos de pr?ticas extensionistas em diferentes contextos de atua??o e em rela??o com ?reas de conhecimento conexas ? antropologia. S?o bem-vindos relatos de experi?ncia e an?lises de programas, projetos de extens?o universit?ria e a?es ?extramuros?, voltadas para educa??o, arte, sa?de, meio-ambiente, patrim?nio cultural, igualdade racial, direitos humanos, desenvolvimento local, trabalho e renda. Deseja-se estimular reflex?es e cr?ticas sobre o preceito da indissociabilidade das dimens?es de ensino, pesquisa e extens?o, considerando-se as condi?es objetivas e subjetivas da implementa??o das a?es e media?es extensionistas nas distintas regi?es do Brasil.

A criação e ações da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades da Universidade Federal de Santa Catarina e suas ressonâncias nos estudantes negros e negras ingressos por cotas raciais

Autoria: Alexandra Eliza Vieira Alencar

Desde 2007 as ações afirmativas que possibilitam o acesso a estudantes negros e negras por meio de reserva de vagas, com critério racial, em cursos do ensino superior da Universidade Federal de Santa Catarina são uma realidade. Com o acompanhamento e discussão da universidade com os movimentos sociais negros e com os próprios e próprias estudantes ingressos/as sobre a implementação de tais políticas dentro desta instituição de ensino, é criada, em 2016, a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade da UFSC. Tal secretaria tem como missão auxiliar o gabinete da Reitoria a propor, implementar, consolidar e monitorar políticas de ações afirmativas e diversidades no âmbito dessa instituição de ensino superior. Nesse sentido, através de entrevistas realizadas com estudantes negros e negras ingressos por cotas raciais este artigo pretende tecer uma análise sobre as ações efetuadas por essa secretaria e as ressonâncias dessa atuação na trajetória desses estudantes negros e negras. Tal produção científica pretende aprofundar a compreensão do que consiste a implementação de uma política pública e de que maneira tais políticas abarcam as diversidades dos sujeitos envolvidos por ela.

Trabalho completo

Ações Afirmativas na UFSC : formação e atuação de coletivos de estudantes negros e negras

Autoria: Giovanna Barros Gomes, Alexandra Eliza Vieira Alencar - Universidade Federal de Santa Catarina

Através de um levantamento de notícias sobre as Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de 2008 a 20018, foi constatado uma invisibilidade de informações sobre a existência e

atuação de coletivos de estudantes negros e negras que se formaram após a implementação dessas políticas públicas nesta instituição de ensino superior. A partir deste contexto, este pôster pretende abordar aspectos sobre as formações e ações desses coletivos de estudantes, bem como os diálogos com a universidade e a percepção dos mesmos sobre as políticas públicas de ações afirmativas. Tal pesquisa tem como pano de fundo a análise da eficácia dessas políticas públicas de ações afirmativas e em que medida tais coletivos acabam por construir estratégias de resistência dentro desses espaços de formação
Trabalho completo

ANTROPOARTE, um projeto de extensão ou como praticar etnografia
Autoria: Odile Elise Augusta Reginensi
Uma pesquisa visitante (CNPq) formou a base da construção da pesquisa de extensão AntropoArte na Uenf que começou em abril de 2017. A cidade como cenários de oportunidade resuma o questionamento inicial. A primeira pesquisa foi realizada em vários lugares de favelas e conjuntos habitacionais na cidade de Campos de Goytacazes, cidade média, situada na região norte fluminense. Focamos a pesquisa extensionista numa favela, chamada a Margem da linha (antiga linha férrea Rio Campos em terras pertencentes à uma usina), cujos moradores, em particular um grupo de jovens, vivenciaram períodos de remoção. Entre a experiência da imagem na etnografia e performance, a pesquisa de extensão desenvolvida traz interessantes cruzamentos entre arte, política, processo de urbanização bem como acesso diferenciado à cidade. Este texto propõe uma reflexão crítica sobre como praticar etnografia a partir da experiência de pesquisa extensionista e sua metodologia ''a ser inventada em comum??. Por isso, vamos analisar duas produções realizadas pelo projeto citado: a construção de um mapa falado baseada em encontros, caminhando na favela da Margem da linha e, um documentário etnográfico que resgata o processo de oficinas de fotografia e construção de uma performance.
Trabalho completo

Antropologia, cidades e infância: desafios de um curso de extensão
Autoria: Julia Galli O'Donnell, Sérgio Porto
Esta apresentação visa descrever e analisar a experiência do curso de extensão ?Criança e Território?, concebido no âmbito do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ. Formado por uma equipe multidisciplinar, o projeto nasceu do desejo de conectar as reflexões do campo da Antropologia Urbana com o universo infantil, especialmente no que diz respeito aos usos da cidade pelas crianças e às suas percepções sobre o espaço urbano. O curso, que ainda está em andamento, tem como público-alvo professores da rede pública de ensino e tem o objetivo de construir, junto a eles, um repertório de questões e atividades que estimulem reflexões sobre a vida urbana dentro da rotina escolar. Com base na experiência de preparação e realização do curso, a apresentação irá debater algumas das questões que vêm permeando o desafio de dar corpo a uma ação extensionista que se propõe a pôr em diálogo a Antropologia Urbana e a educação infantil: quais os limites da tradução do saber antropológico para um público não acadêmico? como pôr em prática o princípio dialógico de construção de conhecimento entre saberes à primeira vista tão distintos? como pensar a Antropologia como instrumento heurístico na busca pela construção de saberes junto às crianças? A essas questões soma-se ainda a reflexão sobre a construção de um curso feito a partir da Antropologia, mas em franco diálogo com áreas como a Arquitetura e Urbanismo, a Psicologia e a Pedagogia. Afinal, a experiência do curso tem nos colocado diante da necessidade de confrontar diferentes percepções disciplinares sobre a cidade e sobre a infância, num rico e permanente processo de construção coletiva. Mais que apontar caminhos, a apresentação buscará propor uma reflexão crítica sobre este processo em andamento, visando

levantar questões que concernem não apenas à prática extensionista mas também à própria construção do saber antropológico, ininterruptmente confrontado com as potencialidades e os limites da produção dialógica de saberes e práticas.

Cine-Bicha: diálogos sobre diversidade sexual e de gênero

Autoria: Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, ANA VALERIA SALZA DE VASCONCELOS ANTÔNIO CÉSAR MATOS DE SANTANA FLAVIO BRITO RODRIGUES ROBINSON PIERRE PEREIRA DA SILVA JUNIOR WERTTON LUIS DE PONTES MATIAS

O projeto de extensão Cine-Bicha (UFPB) foi criado em 2018 com a intenção de fomentar espaços de exibição fílmica sobre, com e para a população universitária LGBT, mas também, na intenção de contribuir para uma sociedade mais compreensiva no que diz respeito às questões de diversidade sexual e de gênero a partir do compartilhamento de experiências e emoções, além da troca de informações entre a população universitária LGBT, demais estudantes e comunidade em torno da universidade. Fundamentado numa perspectiva metodológica de ação, o projeto se propõe a realizar intervenções fílmicas na UFPB, nos seus arredores e em eventos acadêmicos que a mesma promova. Com uma proposta de exibição mensal que inclui estudo, planejamento, divulgação e avaliação posterior de nossas ações, o Cine-Bicha se faz presente a partir das demandas que surgem, seguindo a fluidez própria da dinâmica cotidiana do espaço acadêmico, estando sempre aberto para modificações esperadas e inesperadas dos planejamentos iniciais. O work acontece de forma coletiva e colaborativa onde cada um se coloca disponível a partir de suas habilidades e conhecimentos diversos. Os filmes exibidos são de temática sobre diversidade sexual e de gênero. A proposta do projeto justifica-se a partir de uma necessidade local da universidade em promover reflexões sobre e com a população LGBT na perspectiva de combater violências cotidianas por que passam os estudantes LGBTs dentro e fora da universidade, na busca de um melhor bem-viver e conviver. O Cine-Bicha baseia-se na teoria queer. Queer seria um jeito de pensar a partir daqueles que desafiam as normas regulatórias da sociedade, que causam desconforto e provocam ambiguidades que constroem e/ou reconstroem de forma subversiva as suas identidades dentro de uma sociedade opressiva e heteronormativa (LOURO, 2013; BUTLER, 2017). A respeito dessas construções e reconstruções subversivas, a antropóloga Larissa Pelúcio (2012) afirma que elas seriam a possibilidade de acionamento de um recurso subalterno de sobrevivência. Lembrando que falar de saberes subalternos não é simplesmente dar voz aos que foram privados de fala, mas sim, pensar em outras formas de linguagem, no caso aqui, a do corpo identitário socialmente rejeitado e da sexualidade não padronizada na heterossexualidade cisgênera. A linguagem fílmica surge assim como uma proposta provocativa e capaz de incitar a reflexão e o debate crítico não-violento. Como proposta de análise pós-extensão, intenta-se transformar a experiência das intervenções fílmicas em texto, ?descrição densa? (GEERTZ, 1989), a partir de uma perspectiva etnográfica ?de perto e de dentro? (MAGNANI, 2002; 2009). Objetiva-se que, até dezembro/18, teremos um total de sete intervenções realizadas e etnografadas.

Trabalho completo

De ?aprendiz de Antropóloga? a ?tia?: o ensino antropológico a partir de textos literários

Autoria: Carla Figueiredo Marinho Saldanha

O presente texto é resultado da experiência que vivenciei enquanto professora de redação para alunos do Ensino Fundamental II, em uma rede educacional confessional na cidade de Belém, no estado do Pará, durante os anos de 2012 e 2013. Embora minha experiência não esteja atrelada a um projeto de extensão universitária, entendo-a como uma ação ?extramuros?, uma vez que busquei trazer para ?minha? sala de

aula discussões das ciências sociais e áreas afins ? meio ambiente, cultura, injunções de gênero, igualdade racial, direitos humanos e a arte literária ? com o recorte regional. Na época a rede educacional não havia adotado um livro didático para a disciplina de redação, o que de certa forma me dava liberdade na seleção dos gêneros literários e textos que trabalharia nas aulas. A dupla habilitação em Ciências Sociais e Letras me possibilitou maior destreza no momento de elencar os textos de autores paraenses ? Inglês de Souza, Eneida de Moraes, Dalcídio Jurandir, Bruno de Menezes ? que foram cuidadosamente digitados por mim, já que não podia pedir que os alunos adquirissem para as aulas. A dinâmica em sala não estava limitada a leitura direcionada, uma vez que previamente os mesmos pesquisavam sobre os escritores ? vida /obra ? e as principais temáticas trazidas nos textos. Dentro dos resultados da experiência vivida destaco: o aprendizado da leitura sócio antropológica, uma vez os alunos conseguiram realizar a leitura para além do gênero ou estética textual, enxergando muitas vezes particularidades do cotidiano vivido ou já ouvido nas narrativas familiares; a desconstrução do imaginário da quase inexistência de produção literária local, o que de certa forma entendo como um passo a valorização do viés artístico literário amazônico.

Diálogos Universidade-Escola: parceria entre a Universidade de Brasília e a Escola Parque da Natureza de Brazlândia

Autoria: Juliana Rochet Wirth Chaibub Paulino, Rafael Litvin Villas Bôas Cláudia Simone Fernandes Caixeta Gomes Simone Menezes da Rosa Claudiane França de Sousa Guerra Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

Busca-se relatar a experiência de criação e implementação do Programa de Extensão ?Diálogos Universidade-Escola: uma parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNBraz)?, institucionalizado em julho de 2018. A iniciativa, de caráter multidisciplinar e intercampi, é composta por doze ações de extensão desenvolvidas por quatro unidades acadêmicas da UnB (Faculdade UnB Planaltina, Faculdade de Educação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Saúde). Seu objetivo é refletir, debater e experenciar a relação entre universidade-escola numa perspectiva metodológica participativa e dialógica, a partir da indissociabilidade das dimensões do ensino, pesquisa e extensão em três linhas de atuação: Meio Ambiente e Educação; Cultura, Comunicação e Educação; Alimentação, Saúde e Educação. A ação busca horizontalizar as interfaces entre os espaços oficiais de formação e as práticas aprendidas e desenvolvidas no viver cotidiano da docência mediante a aproximação entre teoria-prática e o diálogo de saberes científicos, populares e locais. Nesse diálogo, entende-se que o lugar privilegiado do encontro entre docentes, estudantes e comunidade é a Escola. Inaugurada em setembro de 2014, a EPNBraz atende 1680 estudantes da rede pública matriculados no 1° e 4° ano, com idade de 6 e 14 anos. Sua atuação compreende quatro eixos temáticos: arte, educação ambiental, educação patrimonial e educação física. No local, funcionam dez estações educativas ao ar livre, que enfatizam o corpo em movimento e a relação direta e imediata com a natureza. O modelo pedagógico foi instituído na década de 1960 por Anísio Teixeira, que pretendia desenvolver um projeto de referência em educação integral que articulasse ensino intencional em sala de aula (Escola Classe) com atividades ligadas ao corpo, às artes, à cidadania, estética, cultura e works manuais, sem hierarquizações (Escola Parque). A importância da relação universidade-escola para a formação docente inicial e continuada, para a reflexividade das práticas pedagógicas e para a produção de conhecimento sobre as diferentes realidades escolares é imensa. Nesse sentido, justifica-se a importância de ações de extensão que afirmem a premissa da educação pública de qualidade referenciada nos sujeitos sociais; e que fomentem o diálogo entre escolas, universidades e outros equipamentos e políticas públicas, criando espaços, tempos e oportunidades educacionais democráticas e plurais. Desde sua criação, o Programa articulou o ?I Ciclo de Formação UnB-EPNBraz 2018?, mediante a realização de 10 oficinas nos campos da educação, saúde, cultura e meio ambiente e o "I Encontro da rede de educadores(as) EPNBraz-

UnB para formação em direitos humanos", a realizar-se em setembro de 2018.
Trabalho completo

Extensão universitária, direitos humanos e políticas públicas para mulheres no município de Rio Claro ? SP.

Autoria: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Resumo: A extensão universitária tem caráter educativo, cultural e científico, possibilitando ações transformadoras a partir da relação universidade-sociedade, produzindo e socializando conhecimentos. A reflexão antropológica presente na temática da cultura e política reforça sobremaneira a interação entre saberes acadêmicos e saberes populares, permitindo práticas no contexto da multidisciplinaridade. A pluralidade dos grupos humanos e a diversidade cultural se opuseram à homogeneização da vida social, abrindo caminho à expressão do particular, do diferente, do outro. As singularidades emergiram como reivindicações dentro do cenário da modernidade passando a exigir uma articulação entre produção do conhecimento e a prática social. O recorte da discussão apresentada aqui foi resultado da experiência obtida no Projeto de Extensão - Direitos humanos, relação de gênero e redes sociais: políticas públicas para mulheres no município de Rio Claro - SP, com alunos do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, IGCE - Campus de Rio Claro. Este foi desenvolvido em parceria com Assessoria Municipal de Referência e Atendimento à Mulher, o CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e o CRAM (Centro de Referência de Atendimento às Mulheres). Esse work teve como objetivo principal tratar a questão da mulher no âmbito das políticas públicas, buscando compreender a condição feminina e seu cotidiano, levando em conta a violência de gênero, a saúde e a participação política das mesmas na esfera pública do município. Tendo em vista a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres em 2015, as atividades de extensão envolveram também: o acompanhamento das Pré-Conferências nos territórios (11 bairros da cidade); tabulação das demandas apresentadas pelos grupos de mulheres; elaboração do regimento e organização do evento. Foram eleitas oito delegadas para representação na conferência estadual. A prática extensionista possibilitou aos alunos desenvolverem competências no âmbito de sua área de estudo, bem como promoveu o conhecimento da realidade local através do debate sobre cultura, gênero e relações raciais, reconhecendo o protagonismo das mulheres negras no município. O projeto de extensão em conjunto com as atividades da agenda das políticas públicas para as mulheres, trouxe ganhos para os alunos envolvidos, seja no diálogo de saberes e experiências com a população alvo, como também ampliou as escolhas no campo da pesquisa acadêmica.
Trabalho completo

Extensão, internet e seu potencial cultural e comunicacional na Aldeia Munduruku de Bragança/Marituba

Autoria: Fernando Oliveira Paulino, Dr. Carlos Potiara (Professor da Universidade de Brasília, Brasil), Dra. Celia Matsunaga (Professor da Universidade de Brasília, Brasil) Mariana Bitencourt Santos (Graduanda em Comunicação, Un

Neste work, apresentamos resultados do projeto de extensão e comunicação que tem sido desenvolvido na aldeia Munduruku de Bragança/Marituba. A partir de contatos diretos com essa comunidade, observou-se nas vivências e anotações etnográficas feitas, a necessidade de se desenvolver projetos de políticas de comunicação que garantam o acesso à internet à população Munduruku da Floresta Nacional do Tapajós, município de Belterra (Pará). Encontramos o desafio da comunicação ao identificar a presença da mídia tradicional presente no dia a dia da comunidade por meio da televisão, cujo sinal vem de uma antena

 ISBN:978-85-87942-61-6

parabólica. Por um outro lado, não há sinal de celular que permita a comunicação entre familiares com a cidade mais próxima. Assim, o acesso à internet faz-se necessário, baseado no uso da tecnologia e nos processos comunicacionais que poderão amenizar as problemáticas de comunicação, saúde, educação e cultura enfrentadas pelas aldeias de Bragança e Marituba.
Trabalho completo

Gênero e cinema na rede: o Feito por Elas como ferramenta de reflexão
Autoria: Isabel Wittmann
Embora o cinema ficcional tenha sido criado em 1896 por uma mulher, Alice Guy, a experiência do compartilhamento da arte ainda é majoritariamente masculina, do olhar da câmera àquele do expectador (MULVEY, 1983), passando pelos nomes de grande destaque e mesmo pela crítica e curadoria. Foi com o intuito dar visibilidade às narrativas criadas por mulheres e fomentar o debate acerca da igualdade de gênero enquanto direito humano fundamental que se iniciou o projeto Feito por Elas em 2016. Tomando o cinema enquanto uma tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987), trata-se de um projeto que articula pesquisadoras nas áreas de antropologia, bem como aquelas da área das letras e comunicação, para, por meio da crítica de cinema, utilizando plataformas digitais como redes sociais e midiáticas como podcasts, abordar de maneira educativa algumas das múltiplas sobreposições entre arte, em especial audiovisual e os campos políticos abarcados por gênero, corpo, sexualidade e feminismo. A iniciativa, de caráter ?extramuros? e de abordagem interseccional (CRENSHAW, 2002; PISCITELLI, 2008), pretende alcançar um público não necessariamente acadêmico, permitindo que o debate se amplie. Este artigo visa compartilhar as metodologias utilizadas e os resultados obtidos após mais de dois anos de projeto, por meio de relatos de experiência e refletindo, ainda, sobre as possibilidades futuras.

Gênero e Sexualidade nas escolas: análise do projeto de extensão universitária Papo Sério
Autoria: Gabriela Pedroni
O diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes locais é uma marca da antropologia brasileira, sendo que essa interação também está presente na formação de estudantes através da Extensão Universitária. Ademais, nos anos de 2002 à 2016 houve um momento político ímpar no que diz respeito à formulação e execução de políticas públicas de gênero e diversidade no campo da Educação. Essa fusão entre ação extensionista e politicas voltadas à diversidade propiciaram a implementação do Projeto de Extensão Papo Sério. Esse Projeto foi desenvolvido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Diversidade (NIGS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFSC), entre os anos de 2007 e 2015, em que tinha como finalidade promover debates a respeito de gênero e diversidade nas escolas da Grande Florianópolis/SC. Assim, esse work é parte de uma pesquisa que visou analisar o impacto do Projeto de Extensão Universitária Papo Sério nas trajetórias acadêmicas dos estudantes envolvidos, a partir de uma análise documental dos materiais elaborados ao longo do projeto, com a recuperação desses dados e documentos desenvolvidos pela equipe do NIGS. Assim, busquei resgatar o que foi escrito e registrado a respeito dessa experiência, como forma de olhar para o passado e buscar a memória coletiva desse projeto extensionista, que está relacionado ao contexto da Extensão Universitária e da antropologia engajada brasileira.
Trabalho completo

Narrativas na cidade em Álbuns Fotográficos: A Fortaleza que se encontra em acervos fotográficos pessoais
Autoria: Cristina Maria Da Silva, Francisco Felipe Pinto Braga

A percepção acerca de um local, incluindo a sua história, não é única, ela pode ser construída por meio de memórias, objetos, pela escrita, fala e até mesmo pelos silêncios. O objetivo desse work é abordar as narrativas sobre a cidade de Fortaleza e seus pertencimentos a partir de álbuns fotográficos. Partimos das abordagens de Michel de Certeau, sobre como caminhar na cidade; das questões sobre narrativas e memória de Jeanne Marie Gagnebin e Aleida Assmann e as leituras sobre fotografia de Susan Sontag e Armando Silva. Entendemos que há uma narrativa que é a chamada ?oficial? que encontramos nos livros de história, nas enciclopédias, na mídia, entre outros. Essas narrativas possuem um sentido político, perpetuam uma visão sobre a cidade que invisibiliza, marginaliza e estigmatiza muitos grupos e seus locais de pertencimento, pois uma única narrativa não pode transmitir as diversas percepções, subjetividades, experiências e memórias sobre um local, que aqui falamos especificamente da cidade de Fortaleza. Desse modo, o Grupo de Estudos e Pesquisas Rastros Urbanos da Universidade de Federal do Ceará por meio do projeto de extensão ?Fotobiografias: a Fortaleza Que se Encontra em Acervos Fotográficos Pessoais?, desenvolve works que objetivam mostrar e socializar essas outras narrativas sobre a cidade por meio de estudos antropológicos. Atualmente estamos estudando a comunidade Poço da Draga, desconhecida de muitos fortalezenses, localizada em uma área de grande especulação imobiliária próxima à praia, que sofre constantemente pressão do poder público para que seus moradores deixem o local que foi (e continua sendo) historicamente isolado do resto da cidade, seja pelas construções a sua volta ou pelo estigma social. O Poço da Draga ?nos abraçou.? Por meio de visitas ao local estamos tendo acesso a fotografias dos moradores como um meio para que esses possam contar suas histórias, através das memórias que essas trazem, permitindo conhecer uma outra Fortaleza, que se apresenta como um local de afetos permeado por subjetividades e histórias até então desconhecidas, mas que nos contam muito acerca da cidade. Através dessas narrativas, que representam uma reivindicação e legitimação do pertencimento desses moradores nesse local, aprendemos muito sobre as implicações políticas da cidade. As fotografias e os relatos nos permitem tomar consciência das mudanças ocorridas no Poço da Draga e, a partir delas visualizar as mudanças na paisagem da própria cidade em suas relações e afetos. As fotografias nos permitem conhecer essas biografias individuais e relacioná-las com a história da cidade e com sua biografia coletiva, entendendo que são essas experiências que dão significado e constituem o imaginário sobre uma cidade.
Trabalho completo

O mundo não cabe aqui - A extensão como espaço de formação e pesquisa pesquisa
Autoria: Carla da Costa Dias
A Extensão Universitária tem sido o espaço da minha pratica de pesquisa. O projeto na linha de Patrimônio, desenvolvido junto com o grupo artístico Jongo da Serrinha foi contemplado, nos últimos anos, nos editais de fomento do MEC e também nos editais da própria Pró-reitoria de Extensão da Universidade em que atuo. Durante este período, estudantes de diferentes cursos, se formaram nesta relação dialógica com a comunidade do jongo. Pretendo nesta comunicação, apresentar algumas considerações sobre as diretrizes da extensão no projeto a partir de um panorama mais amplo da extensão na UFRJ, que atualmente esta no processo politico e pedagógico de implantação da creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Políticas afirmativas como extensão universitária e a participação de antropólogos(as) como mediadores de suas controvérsias.
Autoria: Marcos Silveira
O objetivo desta comunicação é compartilhar a minha experiência com políticas afirmativas na Universidade

Federal do Paraná, junto a estudantes negros e indígenas e a partir do diálogo com outros antropólogos(a)s envolvidos nestas políticas em outras Universidades do Sul do Brasil. Comecei trabalhando no NEAB ? Núcleo de estudos afro-brasileiros e no NAPA ? Núcleo de acompanhamento de políticas afirmativas, que existiu entre os anos de 209 e 2010, recebendo e tentando solucionar os diversos problemas dos estudantes indígenas na Universidade, e lidando com os problemas dos estudantes negros, entre 2008 e 2012. Também presidi a banca de verificação da auto declaração racial entre os anos de 2010 e 2012.Até hoje work com o acompanhamento da Educação superior indígena. Uma série de questões surgem a partir desta atuação com a implementação dessas políticas públicas. Os antropólogo(a)s e outros pesquisadores envolvidos terminam servindo como mediadores entre duas posições distintas: a burocracia universitária e os movimentos sociais e suas reinvindicações, cujos interesses são difíceis de conciliar. As políticas afirmativas são mal-entendidas e mal aplicadas na Universidade por uma série de agentes responsáveis pelas suas implementações. A Universidade não consegue abrir mão de uma ideia de um ?Estudante universal? diante do qual as demandas especificas de indígenas, quilombolas, negros urbanos e até de alunos de escola pública pouco se encaixam. Há muito o que se discutir e o que se pesquisar. Além de jogos de interesses, em que se termina envolvido, é interessante pensar o jogo de relações Inter étnicas com o Estado a partir destas políticas afirmativas de ingresso no ensino superior, que produz uma série de questionamentos sobre a vida universitária e os desafios que esta traz para esses estudantes, mas, até onde podemos ir com esses questionamentos? Pretendo apresentar um quadro geral da situação atual dos estudantes indígenas e dos estudantes negros, na UFPR, procurando trazer questões especificas relevantes para um melhor entendimento deste outro work, universitário sem ser, à princípio, acadêmico. Afinal, que tipo de atividade profissional é esta já que não estamos lidando com uma atividade de ensino e de pesquisa strictu sensu, mas também não estamos lidando com as atividades de extensão mais consagradas da Universidade?

Trabalho completo

Reflexões antropológicas sobre a extensão: o projeto de realização do 18º Congresso Mundial da IUAES na UFSC

Autoria: Simone Lira da Silva, Caroline Amábile Vale dos Santos (Relações Internacionais - UFSC); Gabriel Darío López Zamora (Antropologia - UFSC); Gabriela Alano Tertuliano (Ciências Sociais - UFSC); Ivi Porfírio(Ciências Socia

Propomos apresentar nesse GT o potencial de pedagógico dos projetos de extensão oferecem à aprendizagem da antropologia em espaços fora da sala de aula. Neste work, apresentamos o projeto de extensão de apoio e realização do 18º Congresso Mundial da IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences), realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, coordenado pela professora Miriam Pillar Grossi. Mais do que proporcionar apoio a todas as atividades relativas à organização de um dos maiores e o mais antigo congresso de antropologia no mundo, que aconteceu entre 16 à 20 de julho de 2018 em Florianópolis, o projeto visou formar estudantes na organização de eventos e inseri-los de forma diferenciada no campo de saber das ciências sociais, mais especificamente da antropologia. Refletiremos sobre o potencial pedagógico desta ação de extensão, trazendo relatos das experiências e aprendizado de nossa equipe multidisciplinar, composta por estudantes dos cursos de graduação em Antropologia, Ciências Sociais, Relações internacionais, Letras e Museologia. O aprendizado prático e teórico deu-se de duas formas: através de atividades práticas que objetivavam o atendimento das e dos congressistas (antropólogos e estudantes de antropologia e áreas afins de todo o mundo) através dos e-mails, das tramitações para vistos de pesquisadores estrangeiros junto ao Itamaraty e embaixadas brasileiras no exterior, das traduções de textos da página do congresso e da organização da infraestrutura necessária para o congresso; também pela

formação teórica sobre as antropologias mundiais proporcionadas aos/as alunos (as) pelo congresso, conhecimento que extrapola as atuais bases curriculares dos cursos de graduação em antropologia e ciências sociais. Isso foi possível através da descoberta de novos e novas autores por parte da equipe através do seminário semanal de estudo de autores e autoras do sul global e nos inúmeros diálogos estabelecidos diretamente com diferentes pesquisadores e pesquisadoras que se inscreveram no congresso. Por fim, refletimos sobre como os aprendizados e a formação em antropologia foram potencializados no contato presencial com mais de 1.500 antropólogas e antropólogos de 92 países que participaram do congresso em Florianópolis, em diferentes atividades. O projeto de apoio à organização do 18th IUAES World Congress não só contribui significativamente para a visibilização internacional da antropologia brasileira, como também foi um importante espaço de formação teórica e metodológica no campo da antropologia, exercendo a função de atividade de ensino e pesquisa para as e os estudantes que atuaram na secretaria do congresso como bolsistas de extensão.

Trabalho completo

Sobre violências, vivências e resistências: educação, gênero e currículo

Autoria: Andressa Goulart Caroly, Thiago Vinícius Silva da Luz

Os debates acerca de temas como gênero, sexualidades e identidades dos sujeitos há muito tempo vêm sendo negligenciados pelo currículo vigente e formal da escola. O discurso, contudo, acerca do que é considerado feminino e do que é considerado masculino percorrem os corredores e adentram os mais diversos e inusitados espaços através de conversas informais entre uma aula e outra, nas quadras de esporte, na sala dos professores e até mesmo dentro da sala de aula ainda que de forma implícita ou extracurricular. À luz dos debates contemporâneos no campo da Educação, da Teoria Feminista e da Antropologia aliados a autores e autoras como Michel Foucault, Judith Butler, Bell Hooks, Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro, Sandra Mara Corazza e ativistas transfeministas como Maria Clara Araújo e Amara Moira foi possível traçar um resgaste histórico acerca destes discursos e repensar o currículo de modo crítico, atento as diferenças e socialmente engajado e responsável. Não raro ecoam-se pelas escolas estes discursos sexistas através de frases como ?os meninos tem mais facilidade em matemática do que as meninas?, ?meninas não gostam de futebol?, ?meninos não usam roupas rosa?, ?as meninas são mais delicadas? e ?os meninos são mais violentos? entre outras tantas. A partir destas reflexões foi realizada uma oficina de extensão universitária no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS com as e os estudantes da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos/EJA, intitulada ?Violência Contra a Mulher Cis, Trans e Travesti: Cotidiano, Currículo e o que a Educação tem a ver com isso? na qual foi trabalhado com as e os estudantes temas como sexo/gênero, sexualidades, transfobia, tipos de violência contra as mulheres sejam elas cis, trans, negras, lésbicas, bissexuais entre outras possibilidades de existência e as suas possibilidades de resistência, com o auxílio de vídeos, cartilhas, charges, filmes, séries, dados do Disque 180 e relatos sobre violência. Este work relata e analisa a forma pela qual a oficina desenvolveu uma ação didática comprometida com a desconstrução: a) dos estereótipos de gênero; b) da suposta essência feminina; e, c) do suposto papel social da mulher na sociedade. Além disso, esteve completamente comprometida com a reflexão sobre como a violência contra pessoas do gênero feminino se constitui não só como fenômeno social, mas como produto de uma organização cultural que não só a legitima como muitas vezes a estimula.

Trabalho completo

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN:978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**